



CÂMARA MUNICIPAL DE QUELUZ/SP.

Estado de São Paulo – CNPJ 01.772.145/0001-73
Queluz/SP. – 12.800-000 – Tel: (0xx) 3147.1138/1766.
e.mail: camaraqueluz@yahoo.com.br

ATA DA 22ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUELUZ, ESTADO DE SÃO PAULO.

Aos vinte e três dias do corrente mês de maio de dois mil e dezoito, às dezenove horas e vinte e cinco minutos, na Sala das Sessões, Drº João Monteiro da Silva, realizou-se a 22ª Sessão Extraordinária da Câmara Municipal “Thomaz Ribeiro Júnior”, na 17ª Legislatura do Segundo Período Legislativo (anuênio), sob a Presidência da Senhora Paula Elias da Silva e Secretariada pelo Nobre Edil João Batista Ribeiro Filho, com o comparecimento dos seguintes Vereadores: Sr. Adalberto Rodrigues da Silva, Kácia Maria Nemetala, Luis Fernando Paulino, Paulo Roberto da Silva e Altair Carlos Monteiro Prina, e os Edis: Carlos Mateus Gomes Garcez e Luis Gustavo Silva Ribeiro. Em seguida, foram votados: 1º) **1ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 026/18, de autoria do Executivo Municipal “Revoga a Lei Municipal nº 617/13 e a isenção por ela concedida”, em REGIME DE EXTREMA URGÊNCIA, conforme Ofício GP/SMAJ Nº 114/18; (c/leitura dos respectivos Pareceres).** Em 1ª discussão e votação foi o Projeto de Lei nº 026/18, **aprovado nominalmente e por unanimidade; 2º) Leitura da Proposta de Emenda Corretiva ao Artigo 2º, devido a um erro de digitação, pelo Relator CPJR - Luis Fernando Paulino, que**

em única discussão e votação foi aprovada nominalmente e por unanimidade. Em seguida, foi feita a **1ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 006/18, de autoria da Mesa Diretora** que **“Concede aumento salarial em igual índice a todos os servidores públicos efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Queluz-SP e dá outras providências”**; (c/ Impacto Orçamentário e Quorum Maioria Absoluta); (c/leitura dos respectivos Pareceres). Em 1ª discussão a Nobre Edil Kacia Maria cumprimentou a todos e gostaria de iniciar a discussão desse Projeto com relação ao seu voto e os motivos de votar contra esse projeto, e primeiramente gostaria de ressaltar que deu parecer favorável porque as pessoas podem interpretar ou usar a palavra da gente de forma diferente e deu parecer favorável ao andamento do projeto porque se encontrava e feito corretamente, mas é contra ao Projeto por questão de moralidade, porque independente de duodécimo ou de quanto o real repasse do Executivo para o Legislativo e mesmo que a Lei autorize, mas no momento atual da economia do país e de nossa cidade, onde o Executivo diz para todo mundo claramente na rua que não tem dinheiro e que a cidade pode parar a qualquer momento, não é hora de se dar um aumento de 20%, lembrando que os funcionários da Casa são excelentes e que merecem e como vários funcionários de outros lugares e não está questionando de forma alguma a atuação e nem quer parecer ofensiva, essa é a sua opinião econômica e pela moralidade e os funcionários do Executivo já ganham menos que os funcionários do Legislativo e isso já gerou vários processos jurídicos pela equiparação salarial e como advogada já foi questionada diversas vezes e um aumento de 20% e que viu o Projeto e analisou o Impacto Orçamentário e agora em 2019 e pegando os últimos meses vai ser 68 mil e 2019 e 2020 vai para 102 mil, ou seja, quase 40 mil reais que a Casa pode devolver ao Município e utilizar em prol da população e coisas que o Município está precisando.

Comentou que há salários que podem ter aumento de 560 reais e o Impacto para o Município agora não tem condições de ter esse aumento agora, não há para 20%; e isso vai contra os nossos princípios e contra a atual economia política pública nossa; e também quer deixar claro para os senhores que nós precisamos pensar não como é direito nosso; e já entendeu aqui muitos nobres falando de direito; e nem sempre o que é direito é discutível e vamos por a mão na consciência, a população precisa de educação e saúde e esse dinheiro não é porque está sobrando na nossa Casa e que é muito bem estruturada para nove Vereadores num município de onze mil habitantes que tem que ser gasto aqui, e se tiver um milhão na conta da Casa vamos gastar um milhão porque está sobrando; não está sobrando e o dinheiro não é nosso, tem que voltar para a Prefeitura, mas a Prefeitura não vai fazer, isso já é outra coisa; e acredita que o nosso Prefeito tem responsabilidade de usar, assim como usou no ano passado para fazer as iluminações e foi devolvido no ano passado para a Prefeitura pelo Nobre Vereador o Presidente à época 40 mil reais e usou para começar a iluminação de nossa cidade e realmente vai dar o parecer desfavorável com todo o respeito aos Nobres e a todos os funcionários da Casa que tratam muito bem; e que não é hora de dar o aumento de 20% por todos esses motivos econômicos, sociais, morais e acredita que não deve dar esse aumento agora para os funcionários, até porque já foi votado na semana passada a atualização de 1% e também já diz que é contra o aumento para Vereador e é contra dar vários aumentos agora não é hora de se mexer; onde dizem que os Juizes recebem auxílio moradia e fazem greve e se pensarmos proporcionalmente em nossa cidade, agora também não é hora; porque tem o direito deles; e não podem falar que estão cobrando errado e se der um aumento de 20% e a nossa realidade no Município também não é moral agora; e no seu Parecer e seu voto é desfavorável e com respeito a opinião dos Nobres colegas e acredita que vão dar o

Parecer favorável e cada um com a sua opinião e respeito, mas agora votará contra e deixou seu boa noite a todos. O Edil Luis Gustavo consignou o seu posicionamento tendo em vista que a atual situação do país ela se fala em corte de gastos e em se tratando de um aumento de 20% nesse atual momento é imoral e não questionando como a Edil Kacia falou a eficiência dos servidores mas tem que pensar nessa distribuição de renda coletiva, num dinheiro que pode ser realmente aplicado de uma maneira que chegue a toda a população e não pode deliberar simplesmente porque a Casa é bem organizada e bem administrada que vai se gastar o dinheiro que está sobrando, sabemos que o corpo é grande mas o cobertor é curto e isso é um jargão muito usado no meio político e a gente tem obrigação de dar suporte para todos os servidores aqui, mas de pensar na economicidade de todo esse dinheiro que pode estar retornando ao Executivo e o Prefeito aplicando da maneira que ele bem entender em prol da população; e sabemos que os nossos servidores são bem valorizados e tem auxílio alimentação salvo engano em torno de 500 reais, enquanto os servidores da Prefeitura não tem nenhuma cesta básica, tem 25% de Comissão para participar das Comissões de Licitação e tendo muitas vezes o que se gasta para licitar, gasta muito mais pagando os servidores porque a Comissão fica aberta permanente o ano inteiro sendo que não fazem compras o ano inteiro, então são coisas que vão de encontro aquilo que pensa e é divergente a esses pontos de vista e pensar no benefício da coletividade e nada contra os servidores dessa Casa e são todos excepcionais e temos realmente de ter um olhar mais amplo, enfim em toda a população e nossos servidores e os quais não tem nem equipamento com uniforme para poder trabalhar e pensar sim em economizar e já houve a reposição da inflação também acompanhando a reposição do Executivo, então não é favorável e muito menos da forma como vem sendo conduzido, em Sessão Extraordinária, deveria respeitar o

processo legislativo dessa Presidência e ter feito a leitura com publicidade para que a população possa realmente acompanhar tudo isso e votar um aumento desse do dia para a noite e não haveria nem necessidade de estar aqui hoje, discutindo isso e realmente é muito desagradável esse tipo de procedimento, dar publicidade e respeitar o processo legislativo que é a leitura, 1ª e 2ª votação, não fazer isso aqui em 30 ou 40 minutos é dar tempo para poder se deliberar para refletir e acabamos nos sentindo pressionados em tomar esse tipo de decisão que vai influenciar e levar ao erro; então pede à Presidência que pondere mais as matérias que serão realmente colocadas em pauta e isso não é assunto para estar deliberando em extrema urgência de nenhum dos senhores e simplesmente uma meia dúzia de funcionários que existem dentro desta Casa, então não podemos nos sentir pressionados e fazer sim as coisas de maneira correta e seu parecer foi favorável e não há nada de ilegal, a tramitação tem amparo legal sim, mas está pensando na moralidade e não é moral esse aumento de 20% e será contrário. Na discussão o Nobre Edil Carlos Mateus declarou não achar imoral e tem a justificativa dizendo há dois ou três anos não tem sido feito o repasse e a situação em que a Vereadora citou no caso do Executivo, os salários que não devem ser reajustados e futuramente serão esses salários que vão estar defasados e não é inconstitucional como todos dizem no Parecer Jurídico e das Comissões e é legal; e vemos críticas no Jornal e cada um nos seus interesses legais no que de justamente de melhorias, então é contraditório certas horas não permitir e cobrar melhorias e equiparações e aqui não fazemos o mesmo e futuramente a defasagem chegará aqui e na justificativa achou prudente e viveu isso no ano passado; e foi representante dessa Casa com orçamento de 4,08 e não tem esse número exato na mão e agiu estreito e com esse dinheiro fez a devolução que não foi de 40 mil e sim de 148 mil para esclarecer que o Executivo tem total autonomia para fazer o

que ele quer e respeitando é lógico a legalidade também; mas ele foi com indicação e que fez antecipado e viu que realmente iria conseguir fazer essa devolução; e indicamos que esse dinheiro fosse usado em partes de adiantar a iluminação pública da cidade e com isso foi concedido o atendimento; que é um benefício; e outra questão contraditória que vê se fala de orçamento e que vem equiparado no orçamento da Prefeitura de 7% e no ano passado gerou em torno de 3,09 e o Executivo quando vem com projeto de regularização orçamento aqui e muitas vezes são populares e alguns Vereadores são contra e são citações de melhorias para aumentar a possibilidade de trazer benefícios para os próprios funcionários e porque a prefeitura às vezes não adequa no orçamento, são poderes que trabalham independentes e já falamos aqui e já deliberamos com essa fala no Plenário e o orçamento vem de lá, aumento o orçamento lá é aumento de receita e se aumenta a receita, aumenta a possibilidade de trazer benefícios aos funcionários que é a gratificação e outras atividades que são feitas lá também que são os PDV's, enxugar a folha como na Sessão passada 53% e tudo isso vem trazendo possibilidades de melhorias para os funcionários e em relação ao Projeto aqui e sua opinião é favorável porque não tem ilegalidade e são merecedoras e temos aqui na Casa 9 ou sete funcionários, uma Casa pequena para atender a todos e como falou das Comissões são serviços prestados e se vê a correria aqui para atender aos Vereadores. Comentou que quando assumiu aqui em 2017 ainda existiam mais duas funções que causava impacto grande na nossa Casa e foram extintos e criamos um cargo de Assessor Jurídico da Presidência que hoje não pode ser preenchido e outra solução trazer mais funcionários para ajudar ou para dar suporte, então é justo porque o trabalho delas é intenso para atender e é favorável ao Projeto. O Edil Luis Gustavo comentou somente para concluir que não consegue entender alguns posicionamentos ao longo, como da reforma dos servidores teve alguns que perderam 700 reais

no seu pagamento em prol da economicidade e enxugar a Folha de pagamento e temos hoje professores em nossa cidade que são os responsáveis por cada um de nós aqui e de nossa formação e educação e que tiveram perdas de mil reais no salário; é realmente uma inversão de valores e o Nobre Vereador sabe muito bem quando iniciamos a nossa caminhada aqui na Câmara e com ideia realmente de reduzir o valor dessa comissão de licitação. O Edil Carlos Mateus comentou que reduziu. O Edil Luis Gustavo declarou que foi reduzido e enfrentamos sérias dificuldades, pois a intenção era reduzir muito mais e o colega sabe disso. O Edil Carlos Mateus comentou pelo orçamento e não por não merecimento. O Edil Luis Gustavo declarou é o que fala e já tinham um pensamento de reduzir o valor e o colega sabe muito bem o que aconteceu com nós dois o que foi falado para nós, então pediu ao Vereador que pense realmente pela coletividade e não pode ficar refém de uma meia dúzia de funcionários e da mesma maneira tem vários funcionários públicos que estão insatisfeitos com sua situação. A Edil Kácia Maria no aparte comentou que catadores de lixo merecem e não pode dar para todos. O Edil Gustavo declarou que todos merecem. A Presidência solicitou que um respeite a palavra do outro. O Edil Gustavo comentou que não consegue entender o posicionamento e quando vem a iniciativa do Executivo favorável a ele; e quando é para aplicar o mesmo posicionamento e mudam completamente e não consegue seguir uma simetria com raciocínio lógico e é lamentável à Presidência tudo o que vem acompanhando. O Edil Carlos Mateus comentou que na verdade não é bem assim, a Lei 490 que ele está citando foi adequação por exigência e teve que refazer e sobre as Comissões no ano passado foi por apontamento de ter tomado alguma medida, mas não por não merecimento e estamos falando também de merecimento e também de defasagem e quando fala em aumento de receita é justamente para no Executivo oportunidade outro quadro e

que reduziu muito em relação a hora extra e foi feito o processo seletivo lá. O Edil Gustavo comentou que para complementar o raciocínio é muito complicado isso tudo que estamos tratando aqui e o Vereador sabe muito bem o que está falando e vai tornar público isso aqui e nós dois temos conhecimento o que era o nosso pensamento e como ficamos assustados quando chegamos aqui dentro dessa Casa; sabe muito bem e realmente a gente tem que começar a arrebentar todas as amarras, deixar a coisa fluir e cada um desenvolver o seu papel e acredita que 500 reais de vale alimentação pudesse dar para todos os servidores e o Prefeito mandar um Projeto de Lei aqui e dar para todos os servidores e tem muitos funcionários que 500 reais é a compra do mês e antes pudéssemos beneficiar a todos e ter uma Saúde e Educação adequadas e sabemos que isso é uma utopia devido a dificuldade de arrecadação e tudo que seja no contexto administrativo e a gente aqui como legislador tem a responsabilidade de pensar sim na coletividade; e não deliberar a favor de uma meia dúzia de pessoas que realmente não condiz com a realidade de toda a nossa cidade; e é só puxar no portal da transparência e puxa quanto ganha um serviços gerais da Prefeitura e da Câmara e fica realmente complicado e pede desculpas aos servidores ai; é o seu posicionamento e preza sempre por ser franco e falar aquilo que pensa e vamos para a votação. O Edil Altair Carlos comentou que primeiro vamos falar de moralidade e uma das vezes em que foi Vereador eram 11 Vereadores e reduziu para 9 e imagina quanto que a Câmara economizou esse tempo todo; e em Areias com três mil habitantes na época tinha 11 Vereadores e até um dia falou com o Promotor e em Queluz há muitos anos reduziu, onde o Promotor e o Juiz tomaram providências e reduziram para 9 a Câmara, economia para a Câmara e aqui o colega falou de 6 ou 7 funcionários, não tem impacto nenhum e se der um aumento desses para os funcionários da Prefeitura daí tem impacto e

vai dar uma outra explicação aqui e quando entrou no Forum não era Oficial de Justiça, era servente e foi estudante e preparando passou para a Federal e não foi e ainda Polícia Militar e não foi, até Oficial de Justiça e cada um vai galgar o que quer, fizeram concurso para o pessoal trabalhar aqui merecem e seu voto é sim e não tem nada de imoralidade e se pudesse dar mais aumento daria. O Edil Carlos Mateus comentou da tese orçamento e ninguém seja contra o aumento, e o objetivo do Prefeito é isso e quando pegou um planejamento numa PPA de 29 milhões entregou com 34 e caminhando para esse lado, melhorias, possibilidade no futuro e aqui se não atualizar futuramente a Câmara vai estar como está lá, lá está defasado, é reposição e não aumento. O Edil Adalberto comentou que é uma reposição de perdas que tiveram em 2015 e 2016 e onde o Altair falou do repasse e a Câmara também não gasta muito e todos são merecedores. O Edil Carlos Mateus comentou que sim. O Edil Altair Carlos comentou sobre o problema do face; de falar mal e está se lixando para isso; e podem falar o que quiser e vota como quiser e é uma das poucas pessoas que foi chamado para assumir a Casa e não quis. O Edil Adalberto Rodrigues comentou que é uma reposição de salários de perdas em 2015-2016 e 2017 e não vai altera muito não. A Presidência comentou explicando ao colega Gustavo, o motivo da extrema urgência e estamos em ano eleitoral e havia necessidade de estar fazendo isso; e não temos mais prazo então o motivo pelo qual estar sendo feito hoje, e não é fato de querer omitir ou esconder da população é devido a necessidade de prazo. O Edil Carlos Mateus ressaltou da eleição da Mesa em seis meses. A Presidência comentou que temos agora a eleição da próxima Mesa tem que estar fazendo, e também ano eleitoral, saiu agora ou vai ou não. O Edil Carlos Mateus comentou que seria mais um ano perdido para eles, isso mandato em anuênio e se fosse biênio não teria dificuldade. O Edil Paulo Roberto cumprimentou a todos e tem sua posição referente a

esse aumento e vai tornar a perguntar para a Presidência o índice é de quanto 20%? E é permitido até? A Presidência comentou que até 30% e como está defasado e é um direito de todos os funcionários e em se tratando de um Poder Legislativo o seu parecer foi favorável e é um direito por que não. A Presidência hoje comentou que tem hoje um acúmulo de função devido ao afastamento de dois funcionários e tudo o que está acontecendo e estão afastados e a carga para os que estão e tem que colocar isso a todos. O Edil Altair Carlos indagou que tem dois funcionários afastados e os que ficaram estão dando conta do serviço? A Presidência declarou que estão. O Edil Carlos Mateus comentou que é diferente a realidade a Casa enxuta. A Presidência comentou que se desdobram e que cada um tem a sua função e acabou acumulando para algumas funções a mais, e é um caso para pensarmos depois e no momento nós vamos para nossa votação. O Edil João Batista cumprimentou a todos e declarou achar justo por ser um repasse e não é um aumento, repasse para os funcionários e nós que estamos aqui dentro sabemos como eles trabalham e boa parte que está fora não sabe e como foi explanado pela Presidência faltam dois funcionários e nós sabemos como é difícil aqui e quem está lá fora não sabe e como também não sabemos como é o trabalho do frentista e de outros - pedreiro, servente, etc, então isso é um repasse e para ficar bem claro não é aumento e que realmente está defasado e mais do que merecido para eles aqui e como falou o nosso amigo Gustavo, nos atende muito bem, chegamos aqui somos bem atendidos pelos funcionários. Em 1ª votação foram contrários ao Projeto de Lei Legislativo nº 006/18, os nobres Pares kacia Maria, Luis Fernando e Luis Gustavo e os demais presentes favoráveis com voto nominal, incluindo a Presidência. O Edil Luis Gustavo solicitou a Presidência para consignar que o Vereador Altair deveria se julgar impedido. O Edil Altair Carlos indagou para que o colega explicasse o porquê? O Edil Luis Gustavo comentou à

Presidência que ele é companheiro da Sra. Rosângela. O Edil Altair Carlos mencionou só se for de sua cabeça. A Secretária Rosângela solicitou respeito com a sua pessoa. O Edil Luis Gustavo solicitou da Presidência que a servidora não tem direito de falar. O Edil Altair Carlos declarou que pode falar. O Edil Luis Gustavo solicitou pela Ordem. O Edil Altair Carlos declarou que o colega deverá provar isso aí, não iria entrar com coisas no Forum, mas agora irá entrar. O Edil Luis Gustavo declarou que faça a sua vontade. O Edil Luis Gustavo solicitou mais uma vez à Presidência pela Ordem. O Edil Adalberto solicitou aos colegas, calma. O Edil Luis Gustavo indagou da funcionária falando no horário da Sessão e indagou à Presidência se isso pode? E, declarou ainda que a Presidência precisa colocar ordem nessa Casa. O Edil Altair Carlos comentou que também acha e também de abrir Processo Administrativo. A Presidência comentou que o motivo de todo esse estresse aqui, misturarem Legislativo na hora de nossos trabalhos com o particular e isso é errado e isso vem ocorrendo e não acredita que seja por falta de colocar ordem e não é isso, na verdade estão misturando muitas coisas já pediu e volta a pedir tem que se respeitar. O Edil Luis Gustavo declarou que só pediu questão de Ordem e não fez ofensa e não fez nada, inclusive funcionário falando na hora da Sessão. O Edil Altair Carlos declarou que o colega citou que ele estaria impedido. O Edil Luis Gustavo comentou que levantou uma questão de ordem e não fez ofensa a ninguém e muito menos a funcionária e a Presidência faça valer a sua prerrogativa de por Ordem dentro dessa Casa. O Edil Carlos Mateus comentou que questão de impedimento é do Vereador só se ele se declarar impedido, senão o procedimento estaria nulo e solicitou que a Presidência prosseguisse. A Presidência pediu, por favor, aos Senhores. O Edil Luis Gustavo solicitou à Presidência para que tome medidas contra a funcionária, por favor, no que for cabível aqui dentro pela ordem. A Presidência declarou que estará

fazendo. Em 1ª discussão e votação foi o Projeto de Lei Legislativo nº 006/18 aprovado nominalmente, incluindo o voto da Presidência e com o voto contrários dos Nobres Edis: Kacia Maria, Luis Gustavo e Luis Fernando; 3º)
LEITURA DO PROJETO DE LEI Nº 027/18, de autoria do Executivo Municipal que “Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial na LOA, e acrescenta Projeto, Metas e Objetivos no PPA, EM REGIME DE EXTREMA URGÊNCIA, conforme Ofício GP/SMAJ Nº 122/18”(c/ cópia aos Edis); 4º) 2ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 007/17, de autoria do Executivo Municipal que “Institui o Código de Obras do Município de Queluz e dá outras providências”- com as Emendas aprovadas. A Presidência declarou que foi acrescentado à Pauta por não poder postergar mais isso e já votamos na 2ª feira com as Emendas dos Edis e em 1ª discussão. Em 2ª discussão e votação foi aprovado nominalmente, incluindo o voto da Presidência e com os votos contrários dos Nobres Pares Kacia Maria e Luis Gustavo. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a 22ª Sessão Extraordinária. Sala das Sessões Drº João Monteiro da Silva, em 23 de maio de 2018, às 20:10 horas.

Presidente:

1º Secretário:

(assinada no original).